

## Pecuária predatória continua a receber subsídios na Amazônia

SÃO PAULO — Os projetos pecuários, principais responsáveis pelos desmatamentos e queimadas na Amazônia, não só foram desenvolvidos na região com o apoio do governo federal, como continuam até hoje tutelados pelo dinheiro público. A afirmação foi feita ontem pelo técnico em planejamento do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (Ipea), Cláudio Yokomizo, em palestra no simpósio Amazônia: Fatos, Problemas e Soluções, que discutirá até amanhã, na Universidade de São Paulo (USP), assuntos referentes ao desenvolvimento dessa área. No estudo que vem desenvolvendo desde 1985, Yokomizo constatou que 18% dos 556 projetos pecuários em implantação com incentivos fiscais do Fundo de Investimentos na Amazônia (Finam) têm mais de 20 anos de idade, 40% têm mais de 15 anos e 7% têm mais do que 10 anos.

Segundo os cálculos do pesquisador, 10 anos seriam mais do que suficientes para que esses projetos estivessem definitivamente enraizados e emancipados do auxílio governamental. O apoio do Finam permite que os empresários deduzam até 25% do imposto sobre a renda devido — em alguns casos, há até isenção total — e utilizem até 50% do mesmo imposto para reinvestimento no projeto, como aumento de capital. A situação toma proporções ainda mais dramáticas quando se constata que os projetos agropecuários representam 58% de todos os aprovados pelo Finam até hoje. Do total de aprovados, apenas 15% foram dados como definitivamente implantados.

“O pior de tudo isso é que esses projetos estão tomando dinheiro público que poderia ser investido no próprio desenvolvimento da região”, lamenta Yokomizo. Além disso, os projetos não têm tido boa resposta econômica. De 90 projetos agropecuários e dois agroindustriais analisados detidamente pelo



No Pará, a pecuária é o maior vetor de desmatamento

Ipea, em pesquisas concluída em 1986, apenas três apresentavam rentabilidade. Se fosse levado em conta o número de reses comercializadas, o obtido corresponderia, na época, a não mais do que 16% do que era previsto nos planos originais. Um verdadeiro desastre.

O trabalho de Yokomizo justifica o fracasso pelas baixas taxas de estabelecimento dos rebanhos, calculada, em média, em menos de 40% dos números fixados nos planos dos empreendimentos. Outros fatores, como as paralisações nos investimentos, mudança de controle acionário e um certo “gigantismo”, fora da realidade, também atrapalharam o sucesso. Muitos projetos, segundo o trabalho de Yokomizo, embora tenham se valido de todas as facilidades financeiras e fiscais, acabaram sendo loteados para a venda.

Do ponto de vista ambiental, o Finam é apontado por Yokomizo como o responsável por 21% da área total desmatada no estado do Mato Grosso e 7,5% dos desmatamento do Pará, só

para citar alguns casos. A maior parte desses desmatamentos foi concretizada entre 1966 e 1972, período que o pesquisador denominou de “fase da euforia”, quando a Amazônia foi apontada como o “novo eldorado que poderia ser alcançado pela pata do boi”. Passada a euforia, na “fase da incerteza”, entre 1973 a 1979, já se começava a constatar os primeiros desastres e o número de projetos aprovados diminuiu de 25% para 5%.

A incerteza, no entanto, não serviu para espantar os empresários, que começaram a procurar os incentivos, pouco se importando de fato com os projetos prometidos. Foi, segundo o pesquisador, a “fase da especulação”. A única conclusão animadora do trabalho do Ipea é que há dois anos o país vive a “fase do realismo”. “Em abril conseguimos uma grande vitória, que foi a aprovação do Decreto 97.637, que suspende a aprovação de projetos pecuários em área de floresta. Agora só falta rever toda a política de incentivos, para que ela se torne muito mais seletiva”, alerta Yokomizo.

### Inpe prevê queimadas agora em agosto

O gerente do Programa de Sensoriamento Remoto para a Amazônia do Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe), Alberto Setzer, entendeu o fato de Fernando César Mesquita, presidente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), não ter encontrado muitos focos de queimadas ao sobrevoar, no final de semana, 6.595 quilômetros de florestas. “As queimadas vão começar agora, em agosto”, lembrou Setzer. Segundo ele, ainda chove muito na região e por isso não há como realizar as queimadas.

Alberto Setzer disse também que tem enviado boletim diários sobre as queima-

das na Amazônia para o Ibama. Disse que no ano passado houve dias em que foram constatados mais de 8 mil focos de fogo e que ao final do ano o Inpe avalhou em 120 mil quilômetros quadrados a área total queimada na região. Ele não duvida que possa haver uma redução significativa na área a ser queimada esse ano, tendência, aliás, que já vem sendo verificada desde o ano passado, quando as queimadas atingiram um pouco mais do que a metade dos 205 mil quilômetros quadrados de 1987.

O principal motivo da redução das áreas queimadas, segundo o pesquisador, é a própria pressão da sociedade e

do governo, que vem crescendo gradativamente. “Agora o Ibama está exigindo Relatórios de Impacto Ambiental para grandes desmatamentos. Esse tipo de política poderá resultar em redução das queimadas”, afirmou.

O pesquisador disse que não consegue entender como o presidente do Ibama encontrou em sua vistoria dados diferentes daqueles que estão sendo coletados pelos satélites e que são a base dos boletins expedidos pelo Inpe. “Talvez ele tenha sobrevoado áreas diferentes das que nós estudamos”, sugeriu.